

ENTRE A ORTOPEDIA E A CIVILIDADE: HIGIENISMO E EDUCAÇÃO DO CORPO NO BRASIL

Orthopedics and civility: hygienism and body education in Brazil

Heloísa Helena PIMENTA ROCHA¹
Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil
E-mail: heloisah@unicamp.br

Fecha de aceptación de originales: 21 de junio de 2009
Bibliid. [0212-0267 (2009) 28; 109-134]

RESUMO: Este artigo analisa as práticas discursivas e institucionais que se articularam na fabricação do corpo do escolar como um corpo hígido e bem conformado, procurando evidenciar as representações do corpo que perpassam as prescrições enunciadas em textos produzidos no Brasil, entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX. Para tanto, elege como fontes textos de Higiene Escolar, destinados aos professores e às autoridades de ensino, bem como livros de leitura que tinham nas crianças e seus mestres os principais destinatários. A análise dos interditos e constrangimentos prescritos por esses textos evidencia que eles se inscrevem em um projeto de gestão social do corpo infantil. Nesse sentido, no conjunto de regras que põem em circulação, as quais recobrem do trabalho sobre as aparências ao funcionamento dos órgãos, o corpo emerge como o resultado de uma construção, de um equilíbrio entre a carne e o mundo, mediado pela palavra.

PALAVRAS CHAVE: História da educação, higienismo, corpo, educação brasileira, inspeção médica escolar, manuais escolares.

ABSTRACT: This article intends to analyze the discursive and institutional practices that were involved in the construction of the scholar body as a healthy and well-built

¹ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado na Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Professora na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coordenadora do Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação e membro do Comitê Gestor do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação/UNICAMP.

body. It is aimed at highlighting the representations of the body present in texts that were produced in Brazil, between the end of the 19th century and the early 20th century. With this purpose, texts about School Hygiene as well as reading books designed specifically for children and their educators were elected as sources. The analysis of the «dos and don'ts» prescribed by these texts displays that they were inscribed on a project of social management of children body. The set of rules presented in those texts covers the way the children looked as well as the way in which their body organs worked. Hence, the body emerges as a result of a construction, of a balance between the flesh and the world through the word.

KEY WORDS: History of education, hygienism, body, Brazilian education, school medical inspection, textbooks.

O SÉCULO XX PODE SER CONSIDERADO, conforme sugere Courtine², como o momento de uma grande reviravolta no que diz respeito ao corpo. Reviravolta que pode ser traduzida por uma série de *mutações do olhar*, as quais respondem pelo abandono do papel secundário a ele conferido até, pelo menos, o final do século XIX. Inventariando os marcos no interior dos quais se produzem tais mutações, o autor afirma que o século XX «inventou teoricamente o corpo»³, fazendo-o emergir como objeto de investigação histórica e colocando-o no centro dos debates culturais. A proposta de examinar a história do corpo ao longo do século XX se configura, segundo ele, em um investimento que, sem perder de vista os problemas já postos na segunda metade do século XIX, deve estar atento a questões que mal haviam se esboçado naquele momento, como a do corpo do monstro, ou que ainda «estavam à espera»⁴, dentre as quais as que se referem ao corpo do soldado e do criminoso. Podemos nos interrogar se não seria pertinente situar aí também, entre essas questões mal esboçadas ou ainda em estado de espera, o corpo do escolar, cuja invenção pode ser acompanhada, dentre outras formas, por meio do exame das teorias produzidas no campo da Higiene Escolar, como também das propostas de intervenção sobre a escola e os alunos, institucionalizadas em diferentes países, a partir da segunda metade do século XIX.

Essa hipótese ganha força quando se consideram as análises de Moulin⁵ que, examinando a história do corpo no século XX, registra a emergência de uma medicalização sem precedentes, assinalando que a medicina ocidental configurou-se, nesse século, não apenas em recurso privilegiado na cura das doenças, mas também em um «guia de vida»⁶, cuja amplitude só encontra equivalente nas tradicionais direções de

² COURTINE, J. J.: «Introdução», in CORBIN, A.; COURTINE, J. J. e VIGARELLO, G. (dirs.): *História do corpo: As mutações do olhar. O século XX*, Petrópolis, Vozes, 2008, vol. 3.

³ *Ibidem*, p. 7.

⁴ *Ibidem*, p. 10.

⁵ MOULIN, A. M.: «O corpo diante da medicina», in CORBIN, A.; COURTINE, J. J. e VIGARELLO, G. (dirs.): *História do corpo: As mutações do olhar. O século XX*, Petrópolis, Vozes, 2008, vol. 3.

⁶ *Ibidem*, p. 15. Em relação a essa questão, conferir também as análises de Faure sobre a introdução dos *costumes* no esquema explicativo da saúde e da doença produzido ao final do século XVIII, com base nos ideais iluministas. Em tal esquema, cuja elaboração toma como ponto de partida os problemas sociais, é todo o modo de vida que se acha implicado, incluindo-se aí as condições de trabalho, a moradia, os hábitos alimentares, sexuais e os valores morais. Minimizando o papel das condições impostas pela nova ordem

consciência. Justificando o seu poder em função do progresso dos conhecimentos sobre o funcionamento do organismo e da capacidade de combater as doenças e prolongar a vida, a medicina adquiriu o direito de prescrever regras de comportamento e censurar os prazeres, enredando o cotidiano em uma rede de prescrições, recomendações e interdições. Tal ampliação dos domínios da medicina, que permite identificar a *saúde* como palavra-chave do século XX, se fez acompanhar da ascensão do médico como perito, especialista na gestão dos corpos, cuja presença se torna obrigatória na tomada de decisões sobre os grandes acontecimentos da socialização, dentre os quais o ingresso das crianças na escola, o serviço militar, a escolha profissional⁷. Evidentemente, como sublinha a autora, tal processo não se deu sem resistências e contestações. Nessa mesma direção, Faure⁸ assinala a necessidade de levar em conta que a ciência médica se elabora no interior da sociedade e como forma de responder aos seus problemas e questionamentos e não em um universo científico apartado da realidade social. Em suma, ressalta o autor, as representações médicas não se impõem espontaneamente à sociedade, apenas em função de suas virtudes demonstrativas.

Nesse cenário de invenção teórica do corpo que tem lugar no século XX, marcado pela ampliação inédita dos domínios da medicina, este artigo tematiza o corpo do escolar, tomando como fontes textos de Higiene Escolar, destinados aos professores e às autoridades de ensino, bem como livros de leitura que tinham nas crianças e seus mestres os principais destinatários. Nesse investimento de análise, não se pretende traçar um balanço dos conhecimentos médicos sobre o corpo do escolar, nem tampouco dar conta das práticas corporais instituídas no âmbito da escola, ou das formas concretas como as crianças vivenciaram tais práticas. Sem desconsiderar a relevância dessas indagações para a compreensão da questão que se levanta, recorta-se um aspecto mais específico, que diz respeito às práticas discursivas e institucionais que se articularam na fabricação do corpo do escolar como um corpo hígido e bem conformado. Para tanto, analisam-se as prescrições que percorrem textos produzidos no Brasil, entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX, procurando apreender em tais prescrições representações do corpo do escolar.

Nessa análise, interessa-nos captar as representações que perpassam os interditos e constrangimentos ditados por esses textos. Interditos e constrangimentos esses ligados ao asseio do rosto, das mãos e das unhas, à postura corporal, aos tempos de trabalho e descanso. No exame dessas representações, é pertinente lembrar que o corpo é, como adverte Corbin, «uma ficção, um conjunto de representações mentais, uma imagem inconsciente que se elabora, se dissolve, se reconstrói através da história do sujeito, com a mediação dos discursos sociais e dos sistemas simbólicos»⁹. Assim, cabe indagar: que representações do corpo se produzem nos textos de Higiene Escolar? Da superfície mais visível ao invisível trabalho dos órgãos, que riscos

social, os médicos da França pós-revolucionária invocarão, como destaca esse autor, os fatores mórbidos pertencentes à esfera pessoal, apelando para a responsabilidade individual pela saúde e pela doença. Cfr. FAURE, O.: «O olhar dos médicos», in CORBIN, A.; COURTINE, J. J. e VIGARELLO, G. (dirs.): *História do corpo: Da Revolução à Grande Guerra*, Petrópolis, Vozes, 2008, vol. 2, pp. 50 e ss.

⁷ MOULIN, A. M.: *op. cit.*, pp. 18-19.

⁸ FAURE, O.: *op. cit.*

⁹ CORBIN, A.: «Introdução», in CORBIN, A.; COURTINE, J. J. e VIGARELLO, G. (dirs.): *História do corpo: Da Revolução à Grande Guerra*, Petrópolis, Vozes, 2008, vol. 2, p. 9.

para a conformação corporal são atribuídos à escola? Dito de outro modo, que poder se atribui à escola na gestão social do corpo infantil? Que estratégias de intervenção sobre o corpo poderiam ser acionadas no âmbito dessa instituição, modelando-o desde a sua superfície, num trabalho sobre as aparências, até os recônditos do funcionamento do organismo, sem deixar escapar a esfera dos valores morais, que associam o *limpo* e o *sujo* ao *puro* e ao *impuro*¹⁰? Que interdições se formalizam no diálogo entre o *verbo* e a *carne*, inscrevendo o corpo infantil em um sistema de controle a ser apreendido, dentre outras formas, por meio da aprendizagem escolar¹¹? Que regras o *verbo* dita à *carne* no processo de *instrumentalização do corpo*¹² da criança, imerso nas práticas instituídas pela escolarização? Interessa-nos, neste sentido, acompanhar, por meio dos enunciados e das imagens, os indícios de um investimento que, materializando-se em um conjunto de regras, prescrições e interdições, postas em circulação nesses textos, tem como alvo a fabricação de um corpo cujo valor é projetado num tempo futuro.

A escola e os riscos de produção das deformações corporais

Entre os anos de 1882 e 1883, são publicados os pareceres elaborados por Rui Barbosa, na condição de relator da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados¹³. Trata-se de um extenso documento, resultante da análise de um decreto do ministro dos Negócios do Império, Carlos Leôncio de Carvalho, que visava reformar o ensino primário e secundário no Município da Corte e o ensino superior em todo o Império, criando as condições para o estabelecimento da liberdade de ensino. Dentre as questões abordadas pelo parlamentar, figura a Higiene Escolar, examinada num capítulo cujos argumentos convergem para a defesa da implantação da inspeção médica das escolas no Brasil.

Na elaboração do documento, o relator procurou compendiar as principais idéias e modelos pedagógicos em circulação no cenário internacional, de modo a reunir elementos que fundamentassem as suas propostas para os diferentes níveis de ensino. No que diz respeito à Higiene Escolar, tratada no âmbito da discussão sobre o ensino primário, Barbosa parte da afirmação do atraso científico e administrativo do Brasil em relação aos países europeus e aos Estados Unidos, evidenciado pelo descaso quanto à localização e construção dos prédios escolares, sua iluminação e arejamento, mobiliário escolar, livros e materiais utilizados no ensino, formas de organização do trabalho pedagógico; aspectos esses analisados do ponto de vista dos seus impactos sobre a saúde dos escolares.

¹⁰ DOUGLAS, M.: *Pureza e perigo*, São Paulo, Perspectivas, 1976.

¹¹ GLEYSE, J.: «A carne e o verbo», in SOARES, C. (org.): *Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação*, Campinas, Autores Associados; São Paulo, FAPESP, 2007.

¹² *Ibidem*.

¹³ Além de Rui Barbosa, compunham a comissão os deputados Thomaz do Bomfim Espinola e Ulysses Machado Pereira Vianna. Os resultados dos estudos empreendidos pela comissão foram publicados sob os títulos *Reforma do ensino secundário e superior* e *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*.

Examinando os estudos sobre a miopia e os desvios da coluna vertebral, que vinham se desenvolvendo em vários países da Europa, bem como as discussões sobre esses temas no âmbito das Exposições Universais e de importantes eventos, como o Congresso Internacional de Ensino, realizado em Bruxelas, em 1880, o deputado procura alertar para o papel desempenhado pela escola na produção de deformidades e enfermidades. Assim, suas análises articulam-se no sentido de assinalar a necessidade da adoção de medidas que viessem a conter a ação danosa da escola sobre os corpos dos alunos.

O corpo infantil, analisado em suas relações com o mobiliário e o material escolar, observado durante as práticas de leitura e escrita, examinado em sua circulação no espaço escolar ou em sua imobilidade, figura como eixo das reflexões de Barbosa, formuladas com base nas certezas científicas que recolhera na literatura internacional. O primeiro plano é assumido pelo corpo em suas deformações, cujas causas são procuradas na frequência escolar. No conjunto de análises, a escola configura-se em um meio gerador de deformidades corporais, cujas dimensões ganham visibilidade nas críticas que a identificam, dentre outros qualificativos, a uma *fábrica de míopes*.

Nesse sentido, a escola em seus mais diferentes aspectos, é representada como o lugar por excelência de produção de anomalias e deformidades nos corpos infantis, como se pode notar nas análises do médico norte-americano Dr. Lincoln, citadas pelo parecerista: «a vida sedentária, a ventilação imperfeita, a falta de exercício ao ar livre, a má distribuição da luz, o excesso de demora ou concentração no estudo, a tensão dos olhos fixados em objetos demasiadamente próximos, a posição contrafeita do corpo —condições que vulgarmente se reúnem na escola como em parte nenhuma»¹⁴.

Tomada como um dos aspectos que exercia papel decisivo na produção dos problemas visuais e, secundariamente, de desvios posturais, a iluminação da sala de aula é estudada em sua relação com o corpo infantil, fazendo emergir a imagem de um corpo torturado pelos efeitos da falta ou do excesso de luz, a exigir um incessante esforço de acomodação, como se pode perceber nas anotações do Dr. Trèlat, sobre o sistema de iluminação bilateral:

A criança, de mais a mais, busca sem cessar e debalde a posição irrealizável, que lhe desembarace a mão dessa perseguição contínua da sua sombra. Pende já para a direita, já para a esquerda; torce-se, em detrimento da posição correta, que uma boa mobília lhe permite, e favorece. Tanto mais incitada é a essas posições malsãs, quanto os dois feixes de luz se alimentam simultaneamente em duas partes opostas do céu e as intensidades luminosas de cada uma são independentemente variáveis, muita vez notavelmente diversas¹⁵.

As *posições malsãs* não seriam o resultado, entretanto, apenas da iluminação inadequada. Papel decisivo jogavam, na produção dessas posturas indesejáveis, o mobiliário e as práticas de leitura e escrita. Chamando a atenção para as correlações entre as posturas assumidas durante as atividades escolares e a produção de moléstias dos órgãos internos ou de alterações na forma e disposição dos ossos, Barbosa lança mão

¹⁴ BARBOSA, R.: «Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública», in *Obras completas de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1947, vol. 10, t. 4, p. 9.

¹⁵ *Apud* BARBOSA, R.: *op. cit.*, pp. 12-13.

das análises do médico londrino Dr. Liebreich. Recurso que lhe permite pôr em cena os sucessivos episódios em que se desdobrava a busca da criança no sentido de ajustar o seu corpo às condições propiciadas pela escola. Do corpo ereto ao corpo retorcido, a seqüência é emblemática dos efeitos deletérios da escola sobre o corpo infantil:

1º. O cotovelo assenta na mesa, perto do bordo. Em conseqüência, a parte superior do corpo, volvida sobre si mesma para a direita, debruça-se mais ou menos para a frente, segundo o grau de distância existente entre a carteira e o banco. A mão direita pousa no caderno, enquanto o cotovelo direito vem apoiar-se de encontro às costelas. Até aqui a cabeça ainda se acha ereta.

2º. Começa a cabeça a pender para a mesa, abatendo-se gradualmente: o cotovelo é arrastado para diante; a parte superior do corpo acha-se ainda mais torcida para a direita. As costelas do lado esquerdo apóiam-se ao bordo da mesa.

3º. O caderno do aluno, especialmente o seu bordo direito, é impelido para a frente, de modo que cessa de estar paralelo ao bordo da mesa, e forma com ele um ângulo de 45 graus, às vezes ainda mais. A cabeça está inclinada e virada de tal arte que o olho esquerdo fica algumas polegadas apenas distante do livro; a face esquerda chega quase a tocar a mão, e muitas vezes até descansa no punho: o tórax acha-se como que suspenso à espádua direita e às costelas do mesmo lado, que se apóiam no rebordo da mesa, ultrapassando-o¹⁶.

A torção da parte superior do corpo e a inclinação da cabeça, verificadas em mínimos detalhes, que permitem flagrar a posição dos cotovelos, tórax, costelas, olhos, compõem a cena do progressivo desalinhamento entre o corpo, o mobiliário e os livros ou cadernos. A par da descrição desses três episódios, Barbosa assinala que: «destas acomodações viciosas, inevitáveis com o material ordinário das nossas escolas, procedem, além das moléstias internas devidas à compressão de órgãos preponderantes na vida, as mais graves alterações na forma e na disposição dos ossos, na facilidade e harmonia natural dos movimentos»¹⁷.

A investigação sobre o papel da freqüência à escola na produção das deformidades e desvios observados nos corpos infantis não se restringia ao exame da influência do mobiliário sobre a postura. Como registra o relator, os estudiosos procuraram investigar também os efeitos das práticas de leitura e escrita sobre as posições assumidas pelos alunos. Nesse sentido, os estudos realizados na França, pela comissão encarregada de estudar as causas da miopia entre os escolares, acabaram por evidenciar a correlação entre a miopia, a escoliose e as práticas de escrita. Tomando os três sistemas de escrita em voga nas escolas francesas, os especialistas procuraram detectar as suas implicações sobre a conformação corporal. Dentre as posições adotadas durante as práticas de escrita, a que se caracterizava pela disposição do caderno à direita do aluno era considerada a mais prejudicial para a visão:

3º. Enfim, a posição geralmente adotada nas escolas de Paris —caderno à direita, aproximadamente paralelo ao bordo da mesa— é a pior de todas. O menino, principalmente ao rematar as linhas, é obrigado a voltar a cabeça para a direita; carecendo, ao

¹⁶ *Apud* BARBOSA, R.: *op. cit.*, pp. 17-18.

¹⁷ BARBOSA, R.: *op. cit.* p. 18.

mesmo tempo, de pendê-la para a esquerda a fim de estabelecer a linha de junção dos olhos no mesmo plano que a da escrita. Esta posição não se pode manter por muito tempo; visto que, deslocando-se para a frente o centro de gravidade, em breve se fatigam os músculos do pescoço e, em seguida, os das costas; resultando até, ao cabo de alguns minutos, deitarem muitos alunos a cabeça no punho esquerdo. É dentre estas principalmente que saem os míopes¹⁸.

Inclinação da letra e do caderno em relação ao corpo do aluno resultariam em curvaturas da coluna vertebral, produzindo concavidades ora à direita, ora à esquerda, as quais resultavam, ao longo de algum tempo de frequência à escola, em deformações dos ossos, da coluna vertebral e da visão. A disposição do caderno à direita reunia contra si uma série de desvantagens, quando se observavam as inclinações que exigia da cabeça, o deslocamento do pescoço e das costas.

Um corpo supliciado pelas condições adversas a que estava exposto na escola é o que se delineia nos estudos examinados pelo relator. Assim, «os resultados da postura a que o aluno é constringido, são o cansaço dos músculos do pescoço e da nuca, a pressão das falsas costelas sobre os órgãos digestivos, a compressão do aparelho respiratório, a frequência das congestões, denunciadas por hemorragias nasais, várias lesões da vista, o derreamento da espádua, as deformações da espinha»¹⁹. Uma linguagem de prejuízos corporais atravessa essas análises, transformando a escola em um cenário de cansaço, fadiga, pressão, compressão, congestões, lesões e deformações.

Como alvo desses estudos, figurava o intento de promover a retidão corporal, calcado sobre representações de um corpo em período de formação, tenro, maleável e moldável, sobre o qual a escola exercia um papel deletério, na medida em que a permanência durante longas horas em *posições viciosas* redundava em deformações que se prolongariam por toda a vida. As dimensões e a forma do mobiliário escolar assumem lugar de destaque, no âmbito desses estudos, constituindo-se o corpo da criança em medida que deveria orientar a sua construção, o que resultou numa fórmula que previa que o banco escolar deveria se adaptar ao aluno e não a situação contrária, tão flagrantemente encontrada nas observações feitas pelos especialistas.

Na definição dos diferentes tamanhos de móveis, as dimensões do corpo infantil deveriam operar como medida, o que exigia um cuidadoso levantamento de dados anatômicos. Na escolha do mobiliário adequado, residia a possibilidade de assegurar a *atitude correta* ou a *posição normal*, descrita pelos especialistas como a postura na qual a «coxa em sentido horizontal, em sentido vertical as pernas e o tronco; carteira que nem obrigue a inclinar o tronco, nem exija mais que o estender moderadamente o antebraço, caindo o braço perpendicularmente sobre o plano da mesa»²⁰. Um corpo alinhado, sentado equilibradamente, com os dois pés no chão, formando ângulos retos na altura dos joelhos e do quadril, sem inclinações, deslocamentos ou torções. Tal era a posição que se esperava ver adotada pelas crianças durante as práticas escolares.

Em que pese o lugar atribuído à escola na produção de desvios e deformidades do corpo infantil, as análises de Rui Barbosa sobre a Higiene Escolar, calcadas nas discussões

¹⁸ MARTIN *apud* BARBOSA, R.: *op. cit.*, p. 22.

¹⁹ BARBOSA, R.: *op. cit.*, p. 24.

²⁰ *Ibidem*, p. 25.

em curso em âmbito internacional, não podem ser lidas como parte de um projeto que visasse negar a importância dessa instituição na formação das futuras gerações. Ao contrário, é o reconhecimento do papel da educação escolar na constituição do Brasil em uma nação livre e civilizada o mote central das análises esboçadas nos pareceres do relator. Pressuposto que o conduz à defesa da necessidade de uma ação por parte do Estado no sentido de instituir a inspeção das escolas, sob o ponto de vista higiênico, expresso em indagações como: «não será, de certo modo, afrontosa a indiferença aparente, que o estado atual de coisas parece acusar, no tocante à saúde e ao vigor dos alunos das nossas escolas?»²¹. Tal iniciativa que, permitindo submeter a instituição escolar a *leis científicas*, as leis da fisiologia e da higiene, responderia ao *desideratum* postulado pelo inspetor do Serviço de Saúde de Bruxelas, Dr. Janssens, de configurá-la em *terreno predestinado da medicina preventiva*, onde as crianças estivessem *submetidas a uma vigilância incessante*, a salvo das enfermidades e deformidades, já que suas atividades se desenvolveriam «sob os olhos de homens competentes e dedicados»²². Recomendações que, inscrevendo o corpo no centro dos debates sobre o papel da educação escolar, se difundem em um país de economia agrícola baseada ainda no trabalho escravo, antes mesmo das reformas que, a partir do final do século XIX, se articularam aos propósitos de institucionalização da escola, assumida como responsabilidade do Estado²³.

A beleza não se cria, porém se conserva...

Os riscos da frequência à escola são retomados em um estudo produzido, duas décadas mais tarde, por um inspetor sanitário encarregado pelo governo do Estado de São Paulo de estudar as questões ligadas à Higiene Escolar. A discussão assumia aqui um novo tom. Tratava-se de traçar as linhas mestras segundo as quais deveria se institucionalizar a inspeção médica escolar, num dos estados mais prósperos do país, o qual havia assumido lugar de destaque no processo de difusão da escolarização ao implantar, em 1893, no alvorecer do regime republicano, os grupos escolares, escola primária graduada, constituída pela reunião de escolas isoladas, com o objetivo de tornar mais racionais o trabalho dos professores, o emprego do tempo e a avaliação dos resultados do trabalho pedagógico²⁴.

Como resultado da tarefa de que fora incumbido, Dr. Balthazar Vieira de Mello elabora um estudo publicado em 1902 pela imprensa oficial, sob o título *A hygiene na*

²¹ *Ibidem*, p. 63.

²² *Apud* BARBOSA, R.: *op. cit.*, p. 56.

²³ A presença dos preceitos médico-higienistas na configuração da instituição escolar pode ser detectada também por meio do exame das teses médicas produzidas no período. *Cfr.* nesse sentido o estudo de Gondra, que toma como fontes teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1850 e 1890. GONDRA, J. G.: *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*, Rio de Janeiro, Eduerj, 2004.

²⁴ Como destaca Souza, a organização administrativa e pedagógica dos grupos escolares calcava-se nos princípios da racionalidade científica e da divisão do trabalho, fundamentando-se na classificação homogênea dos alunos, estabelecimento de um plano de estudos e determinação da jornada escolar. *Cfr.* SOUZA, R. F.: *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*, São Paulo, UNESP, 1998.

escola. Experiente no combate a vários surtos epidêmicos, redator de periódicos médicos nacionais e estrangeiros, o autor era membro correspondente do Círculo Médico Argentino de Buenos Aires. Em suas reflexões, Dr. Vieira de Mello parte da reafirmação da tese, corrente no período, da superioridade do estado de São Paulo em relação ao conjunto da nação, com base na qual procura convencer as autoridades paulistas da urgência das medidas propostas. A preservação da saúde das crianças e a constituição de *corpos fortes e espíritos saudáveis* ganha, em suas análises, o tom de uma causa de relevância nacional, um investimento na *força ativa e defensiva* não apenas do estado, mas de todo o Brasil.

Apresentado como obra de propaganda e como guia que deveria orientar as iniciativas no campo da Higiene Escolar, o livro incide sobre alguns dos aspectos tematizados por Rui Barbosa, em 1883, ampliando e aprofundando as análises sobre o edifício, os materiais escolares, os métodos e processos de ensino e, ao mesmo tempo, abordando aspectos como o horário escolar e os exercícios físicos. As análises sobre o mobiliário, em suas relações com as posições assumidas pelos alunos durante as práticas de leitura e escrita, ocupam um espaço igualmente importante. O recurso às imagens, entretanto, confere ao corpo do escolar uma dimensão ainda mais central no tratamento dessas questões. O catálogo das moléstias a que estavam expostos os escolares merece tratamento cuidadoso, recobrando dois capítulos em que o leitor é sistematicamente apresentado às doenças que poderiam ser produzidas pela frequência à escola e às que encontravam nessa instituição um meio propício para a sua transmissão. Embora a experiência internacional continue a operar como baliza, o texto foge ao tom de compêndio das posições assumidas pelos especialistas na temática, adquirindo um teor marcadamente prescritivo.

No conjunto da obra, o capítulo intitulado «Moléstias que se adquirem no meio escolar» merece destaque, na medida em que é apresentado como o «capítulo mais importante da higiene na escola»²⁵, sintetizando os aspectos discutidos nos capítulos anteriores²⁶. Dentre os males compendiados, encontramos as *moléstias oculares*, os *desvios da coluna vertebral* e as *moléstias da nutrição*. Como no documento elaborado pelo parlamentar, são os riscos de deformidades oriundos da frequência à escola que mobilizam a análise sobre a organização escolar, em seus diferentes aspectos. Tal preocupação se expressa, de forma lapidar, na máxima: «A beleza não se cria, porém se conserva; a deformidade não desaparece, mas se atenua»²⁷.

A centralidade assumida pelo corpo, movendo-se entre a *beleza que pode ser conservada* e os riscos de aquisição de *deformidades que não desaparecem*, pode ser detectada quando se observa o tratamento conferido aos desvios e deformidades, no

²⁵ MELLO, B. V.: *A hygiene na escola*, São Paulo, Typographia do Diario Official, 1902, p. 39.

²⁶ O livro está dividido em oito capítulos assim organizados: Capítulo I – «Situação e construção do edificio escolar»; Capítulo II – «Ventilação, iluminação e limpeza»; Capítulo III – «A mobília escolar e o material de ensino»; Capítulo IV – «Posições e atitudes escolares»; Capítulo V – «Métodos e processos de ensino»; Capítulo VI – «Distribuição das matérias — horas de classe e de recreio — exercícios físicos»; Capítulo VII – «Moléstias que se adquirem no meio escolar»; Capítulo VIII – «Moléstias que se propagam no meio escolar». A esses oito capítulos, segue-se um apêndice sobre as medidas higiênicas e administrativas concernentes à inspeção médica das escolas e uma sistematização das conclusões sobre as temáticas abordadas nos capítulos.

²⁷ MELLO, B. V.: *op. cit.*, p. 22.

conjunto da obra. Assim, as deformidades, apresentadas de modo sistemático no capítulo sobre as moléstias adquiridas na escola, vão se desenhando a par do tratamento de cada uma das temáticas, diluindo-se nos capítulos para unificar-se didaticamente, nas três categorias de moléstias exibidas nesse capítulo. As imagens do corpo infantil, enredado nas práticas escolares de leitura e escrita, não deixam dúvidas sobre esse procedimento. Assim, no capítulo intitulado «A mobília escolar e o material de ensino», cujas análises se fundam no princípio consagrado desde o século XIX de que o mobiliário deveria ser proporcional à estatura do aluno, encontramos duas imagens. Na primeira, um menino sentado, tomado de perfil, vestido em seu paletó, com feições graves e ar compenetrado, debruça-se sobre a mesa para escrever; na segunda, o menino, com feições mais serenas, apóia-se no encosto da carteira e, com o tronco ereto, escreve. As legendas registram, para o primeiro caso, «banco em distância positiva» e, para o segundo, «banco em distância negativa». Em conjunção com as imagens, as legendas tematizam a relação entre o corpo, o móvel e a prática da escrita.

Demarcando a distância dos modos de organização do espaço escolar e do trabalho pedagógico que caracterizavam a educação das crianças, durante o período imperial, o autor enaltece as mudanças resultantes da implantação dos grupos escolares em São Paulo, no início da década de 1890. Segundo suas palavras: «vai longe, felizmente, a época em que as nossas escolas possuíam simplesmente *longas mesas e bancos sem encosto*, desproporcionais à altura dos alunos, onde estes permaneciam intermináveis horas a bocejar e papaguear, com o livro a pender-lhe das mãos e os pés a bambolear no espaço»²⁸. Sem encostos, obedecendo a proporções incompatíveis com a estatura das crianças, os velhos *bancos sem encosto* e as *longas mesas* associavam-se, em sua avaliação, à inadequada duração e à monotonia do trabalho escolar, impondo a permanência das crianças em posições que, com o tempo, acabavam por gerar deformidades em seus corpos.

Se o novo ordenamento institucional se fizera acompanhar da preocupação em dotar a escola de condições materiais apropriadas, dentre as quais se incluía o mobiliário, alguns problemas se mantinham, dentre os quais o inspetor sanitário assinalava a falta de uniformidade na distribuição dos móveis, possuindo algumas escolas carteiras de alturas variáveis, enquanto outras dispunham apenas de móveis de altura fixa. Assim, o princípio da organização das classes segundo o grau de aquisição do conhecimento, adotado pela escola graduada, tornava necessários alguns cuidados, de modo a assegurar o respeito às exigências higiênicas, segundo as quais o mobiliário deveria se adequar às dimensões do corpo infantil. As dificuldades decorrentes da variação da estatura e da compleição física das crianças reunidas em uma mesma classe, nesse modo de gestão dos corpos infantis que tomava a aquisição do conhecimento como critério, poderiam ser contornadas com a distribuição, no interior de cada classe, de móveis de tamanhos diferenciados, permitindo acomodar cada aluno em «um móvel proporcional à sua estatura»²⁹. Essa variação nas dimensões do mobiliário vinha sendo observada em alguns países europeus, desde o final do século XIX,

²⁸ *Ibidem*, p. 14.

²⁹ *Ibidem*, p. 15.

como mostravam os estudos compendiados por Barbosa, que registravam, em alguns casos, até cinco tamanhos diferentes de mesas-banco.

O corpo do aluno deveria, nesse sentido, operar como parâmetro na definição das proporções do mobiliário. Na correlação entre a mesa, o banco e o corpo do aluno, duas medidas ganhavam destaque: a diferença, caracterizada como a «distância vertical entre o bordo da mesa e o do banco», e a distância, «espaço horizontal entre o banco e a mesa»³⁰. Em relação ao cálculo da diferença, tomava-se como referência a posição do cotovelo, estando o antebraço da criança pousado sobre a mesa. Definida a diferença, era importante ter em conta a distância, que poderia ser nula, positiva ou negativa, dependendo da interseção entre o banco e a mesa: «é *nula*, quando o banco se acha em contato com a mesa; *positiva*, quando afastado; *negativa*, quando por baixo da mesa»³¹. O cálculo da distância incidia diretamente sobre as posições assumidas pelos alunos durante as práticas de leitura e escrita, respondendo por uma posição mais ou menos inclinada e, conseqüentemente, pelos possíveis desvios posturais e da visão.

A distância nula e a positiva são convenientes para a leitura e inconvenientes para a escrita, por isso que, quanto maior for a distância entre o banco e a mesa, mais o aluno inclinará o corpo e a cabeça para diante.

A distância negativa de alguns centímetros é, ao contrário, excelente para a escrita, porquanto o aluno pode manter o corpo em posição reta, ao mesmo tempo que a vista se conserva na distância normal do papel, o que se não pode obter se o banco se acha afastado da mesa³².

Na manutenção do perfeito alinhamento corporal do aluno, futuro cidadão da pátria, cabia zelar pelos mínimos detalhes, incluindo-se aí não apenas o mobiliário, mas os livros, cadernos, lápis, canetas, penas, globos terrestres e quadros. Como assinalava Dr. Vieira de Mello: «tudo na escola deve obedecer a um plano em que a higiene e a pedagogia se dêem as mãos para o cabal desenvolvimento intelectual e físico da infância e da mocidade»³³. O investimento reverteria em benefício não apenas do próprio aluno, como da pátria, cabendo tanto ao Estado como ao educador responsabilidades nesse empreendimento de zelar pela saúde das crianças que freqüentavam a escola. Nesse sentido, «ao Estado, em primeiro lugar, ao educador, em segundo, cumprir providenciar para que o aluno não adquira no meio escolar defeitos que o incapacitem mais tarde para prover a sua subsistência ou prestar à pátria o concurso de suas forças»³⁴.

Evitar que os alunos adquirissem *atitudes viciosas*, sobretudo durante os exercícios gráficos, representados como aqueles que mais predispunham a posições inadequadas, e corrigir as que eles, porventura, já apresentassem. Eis uma tarefa a que deveriam se dedicar com afincos os professores! Para tanto, era importante ter claro que a vigilância sobre a postura do escolar não se circunscrevia ao universo da beleza e

³⁰ *Ibidem*, p. 17.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*, p. 18.

³³ *Ibidem*, p. 20.

³⁴ *Ibidem*.

da graça das formas corporais, mas se inseria no domínio da saúde e da própria vida, segundo advertia o inspetor sanitário. Três imagens acompanham as discussões sobre a postura durante as práticas escolares, no capítulo que versa sobre as *posições e atitudes escolares*, encenando o contraponto entre as *posturas viciosas*, que poderiam ser assumidas pelo corpo infantil em sua frequência à escola, e a *postura correta*. Em duas delas, a coluna vertebral é representada como uma linha inclinada: para a lateral, na primeira, e para a frente, na segunda. Inclinação que resultava do esforço da criança para se ajustar, ora a uma «*mesa muito alta*», ora a uma «*mesa muito baixa*», como assinalam as legendas. Nesse esforço de adaptação, a produção das deformidades e desvios corporais figura como trágica consequência.



Mesa muito alta



Mesa muito baixa

Imagens que ilustram a altura da mesa em relação à estatura do aluno, durante os exercícios gráficos. Na primeira, tem-se um exemplo de «*mesa muito alta*», enquanto a segunda ilustra a «*mesa muito baixa*». Fonte: MELLO, B. V.: *A hygiene na escola*, São Paulo, Typographia do Diario Official, 1902, pp. 24-25.

Os sofrimentos a que se achava exposto o escolar nessas posições inconvenientes é sublinhado pelo autor, ao nuançar a visível expressão de mal estar que se apodera da sua fisionomia: fatigado e pálido, diante dos sucessivos esforços para se acomodar em um móvel inadequado às dimensões do seu corpo. Nesses sucessivos esforços de adaptação, os movimentos do corpo infantil se aproximariam progressivamente dos movimentos executados pelos velhos, como decorrência da fraqueza dos músculos. Corpos enfraquecidos, flácidos, pálidos e depauperados compunham as representações dos corpos dos escolares, precocemente marcados pelos traços da senilidade.

A terceira imagem põe em cena a «*atitude correta na escrita*», representada por um menino tomado de perfil, sentado em uma cadeira com encosto, encenando o gesto da escrita sobre uma mesa inclinada, cujo bordo avança em relação ao assento. Perfeitamente alinhado, o corpo infantil aqui representado pode ser lido como uma

metáfora da retidão: as pernas, os braços e as costas, absolutamente retos; os joelhos, cotovelos e quadris, a formar igualmente ângulos retos.



Attitude correcta na escripta.

Imagem que ilustra a postura correta para a escrita. Fonte: MELLO, B. V.: *op. cit.*, p. 27.

A descrição da postura conjuga-se com a imagem, reduplicando a afirmação do primado da retidão corporal, que preside a linguagem das prescrições higiênicas para a organização da instituição escolar. Entre a imagem e o discurso, constrói-se a referência à norma, concebida como esquadro, e o intento de constituição do normal, cuja etimologia, como nos lembra Canguilhem, remete àquilo «que não se inclina nem para a esquerda nem para a direita, portanto o que se conserva num justo meio-termo»³⁵:

Para que o aluno se mantenha em posição correta, quando escreve, deve sentar-se de modo a sentir o rebordo da mesa, o busto apumado e ligeiramente afastado do encosto do banco, a cabeça erguida, de modo que o mento seja separado do papel por uma distância de 26 a 28 centímetros, o braço esquerdo encostado à parte lateral do peito, o cotovelo ao corpo, o braço direito igualmente tocando o corpo, o punho descansando sobre a mesa, a face dorsal da mão ligeiramente voltada para cima e para diante³⁶.

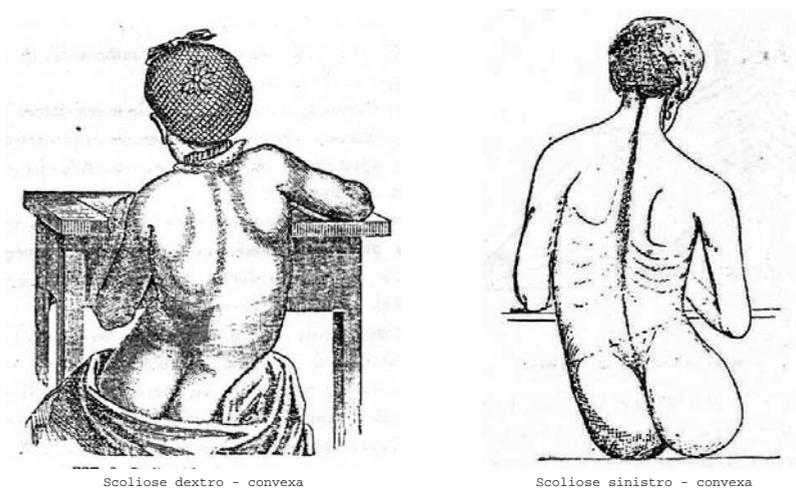
No capítulo dedicado ao estudo das doenças produzidas pela frequência à escola, novamente os desvios posturais ganham visibilidade, por meio de um conjunto de imagens que põem em cena o corpo infantil, enredado em práticas de escrita, em suas relações com o mobiliário e os materiais escolares. Na primeira delas, o corpo do aluno, tomado de costas, numa posição de escrita, com uma pena na mão direita, é representado como numa radiografia. As «alterações anatômicas na escoliose»³⁷ são

³⁵ CANGUILHEM, G.: *O normal e o patológico*, 4. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995, p. 95.

³⁶ MELLO, B. V.: *op. cit.*, p. 27.

³⁷ *Ibidem*, p. 45.

ilustradas por um corpo desencarnado, no qual a posição das vértebras e dos músculos das costas se articulam na composição da imagem daquele que era considerado o desvio mais freqüente entre os escolares: a escoliose. Na seqüência, as torções da coluna vertebral e as curvaturas corporais características desse desvio são exibidas em duas imagens de corpos desnudos, na posição sentada, de costas para o leitor. Na primeira, um corpo feminino se esgueira para alcançar uma mesa alta, produzindo um deslocamento da coluna para a direita; na seguinte, o corpo do aluno figura numa representação gráfica que recorta o corpo em sua relação com o banco e a mesa; um corpo mutilado, despojado dos membros inferiores, que se retorce para a esquerda, produzindo desvios no alinhamento da coluna, dos ombros, dos glúteos e de toda a extensão do tórax. A linguagem dos desvios é detalhada; nela o corpo é minuciosamente recenseado, esquadrihado, da caixa torácica aos órgãos, coluna vertebral, vértebras, costelas, músculos e invisíveis ligamentos.



Dispostas na mesma página, uma abaixo da outra, as duas imagens ilustram os desvios da coluna vertebral. Fonte: MELLO, B. V.: *op. cit.*, p. 46.

A escoliose figura, nas análises do Dr. Vieira de Mello, como fruto de uma conjugação de fatores que se reuniam na escola, como em nenhum outro lugar, dentre os quais a insuficiência de luz, a sedentariedade, o mobiliário, a posição dos livros e do papel durante os exercícios de leitura e escrita. Aqui também, como nos estudos compendiados por Rui Barbosa, ao final do século XIX, o tipo de letra não se constitui em questão de somenos. A descrição dos desvios posturais produzidos pelas práticas de escrita é acompanhada de três imagens em que o corpo infantil, sempre tomado de costas para o leitor, é representado em suas relações com o papel e a letra. Dos desvios ao alinhamento corporal, o corpo infantil é inscrito em um cenário produzido segundo o cânone da retidão. Sentado diante de um plano demarcado verticalmente

por linhas retas, em um banco que recorta a imagem horizontalmente, formando ângulos retos com o plano vertical, o corpo do escolar é conduzido, na seqüência das imagens, ao alinhamento resultante da perfeita correlação entre a letra, o papel e o corpo, como enunciava o autor: «a letra será necessariamente direita, a cabeça se conservará direita, o corpo e a coluna vertebral direitos». Alinhamento que encontrava na recomendação da escritora George Sand expressão lapidar: «Letra direita, papel direito, corpo direito»³⁸.



Posição lateral direita



Posição lateral esquerda do papel



Posição mediana do papel

Seqüência de imagens que conduz dos desvios à retidão corporal, expressa pelo alinhamento entre o papel, a letra e o corpo. Fonte: MELLO, B. V.: *op. cit.*, p. 46.

A vida escolar não seria, entretanto, apenas o palco em que se encenariam os desvios visuais e posturais; a esses se acresciam os problemas ligados à nutrição, responsáveis, segundo Dr. Vieira de Mello, pelo esgotamento das forças e pelo progressivo afinamento do corpo infantil. A sedentariedade, a reunião de um grande número de crianças e o excesso de trabalho intelectual parecem se impor como fatores que se somavam, no âmbito da escola, produzindo uma série de perturbações orgânicas, dentre elas: problemas gastro-intestinais, respiratórios, do aparelho locomotor. Perturbações enunciadas numa linguagem saturada de expressões que aproximam o corpo infantil do iminente risco de exaustão a que estava exposto, em sua freqüência diária à escola, compondo o quadro sombrio de «derrocada orgânica»³⁹, degradação, fadiga, aniquilamento, esgotamento do sistema nervoso, congestão do cérebro.

Na conservação e desenvolvimento das *formas graciosas* que constituíam a beleza que cabia à escola conservar, a *ginástica* é considerada como elemento fundamental, capaz de corrigir os distúrbios orgânicos gerados por um trabalho escolar inadequado, aperfeiçoar a beleza e as formas, influenciando no desenvolvimento infantil, na estética e,

³⁸ *Ibidem*, p. 51.

³⁹ *Ibidem*, p. 52.

configurando-se em «excelente meio de educação moral»⁴⁰. Era necessário, assim, um cuidado especial no sentido de intercalar, no horário escolar, intervalos para os recreios parciais, repouso e alimentação, além de fazer acompanhar os exercícios gráficos de exercícios físicos, sobretudo aqueles que possibilitassem a movimentação dos braços.

Na defesa da institucionalização da inspeção médica escolar no estado de São Paulo, o trabalho apresentado pelo inspetor sanitário ao governo é modulado por uma linguagem atravessada de antíteses, em que o corpo infantil é representado num movimento que conduz dos vícios à virtude. A encenação dos prejuízos corporais resultantes da freqüência à escola assume, no conjunto da obra, a função de um poderoso alerta, que opera em favor da afirmação da legitimidade da causa da vigilância da escola e dos corpos dos alunos, sob o ponto de vista higiênico. Se o quadro dos desvios e deformidades corporais ganha tamanha expressão na obra do Dr. Vieira de Mello, não é aí, entretanto, que devemos buscar o seu sentido. No limite, é o cânone da retidão que opera como fio condutor do discurso. Nessa operação, o alerta sobre os riscos da escola não pode ser lido sob uma perspectiva fatalista de degradação irremediável dos corpos dos escolares, mas como a afirmação do poder da Higiene de oferecer parâmetros para a organização dessa instituição, em seus mais diferentes aspectos. Parâmetros que ganham visibilidade nas imagens dos corpos bem alinhados e posicionados, apresentados sempre em seguida às imagens dos corpos tortos e mal posicionados. A redenção da escola pela Higiene parece ser a promessa que aí se anuncia.

A obra do Dr. Vieira de Mello reúne, assim, um conjunto de prescrições que visam organizar a escola tomando o corpo e a *alma* do aluno como medida e, ao mesmo tempo, modelá-los a partir da ação do meio escolar, prevenindo e corrigindo as deformidades. Como proposição básica, figura a necessidade de produzir uma nova espacialidade e uma nova temporalidade, subjacente à qual, encontra-se a concepção de um corpo moldável e do poder do meio externo nessa obra de modelação⁴¹. No rol das prescrições que se articulam no processo de fabricação do corpo do escolar, emerge a afirmação da possibilidade de «endireitamento» do corpo, como resultado da ação de um meio formador e conformador. Possibilidade essa que se expressa nos enunciados e nas imagens do corpo infantil inserido em práticas escolares, disseminados ao longo da obra.

O corpo sob medida

Movido por propósitos até certo ponto distintos daqueles que orientaram a publicação da obra *A hygiene na escola*, Dr. Vieira de Mello, respondendo pela chefia da Inspeção Médica Escolar de São Paulo, criada em 1911 como seção subordinada ao Serviço Sanitário, publica um novo livro, em 1917: *Hygiene escolar e pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimentos escolares*. Produzido no

⁴⁰ *Ibidem*, p. 37.

⁴¹ ROCHA, H. H. P. e GONDRA, J. G.: «A escola e a produção de sujeitos higienizados», *Perspectiva*, Florianópolis, vol. 20, n. 2 (2002), pp. 493-512.

contexto de uma importante remodelação, que respondeu pela ampliação das atribuições da seção e pela sua transferência para a Diretoria Geral da Instrução Pública, o livro respondia ao intento de oferecer as bases para a atuação dos médicos inspetores e dos professores, uniformizando a sua atuação. Novamente aqui as experiências estrangeiras, a legislação em vigor em diferentes países e as posições de alguns especialistas são invocadas como fontes para a reorientação desse serviço, em sua recente vinculação à esfera da instrução pública, num momento marcado por debates e iniciativas, que visavam reconfigurar os sistemas de ensino, com base nos princípios de uma pedagogia nova, científica e experimental, construída segundo as características da natureza infantil⁴².

Dividida em seis capítulos⁴³, a obra assume o mesmo tom prescritivo observado na publicação anterior, conferindo ao corpo do escolar um lugar igualmente importante, embora se possa notar a emergência de uma nova ênfase no tratamento dessa temática, traduzida pelas preocupações em relação ao desenvolvimento físico. Ênfase essa que, como já assinalamos em outros estudos, se traduz pelo deslocamento da atenção das instalações e práticas escolares, em suas relações com a produção de deficiências corporais, para o corpo perspectivado em função do seu desenvolvimento físico e intelectual⁴⁴. Sem deixar de lado as questões referentes ao edifício, mobiliário, material e às posturas assumidas durante as práticas escolares de leitura e escrita, o médico chefe se detém na discussão sobre o exame do corpo infantil e o registro dos dados levantados nas práticas de exame. As imagens do corpo publicadas na obra anterior passam a dividir espaço com boletins e fichas antro-pedagógicas, como também com quadros de médias do desenvolvimento infantil em diferentes idades.

A investigação e o registro das características individuais das crianças que frequentavam as escolas de São Paulo, instituídos pela lei que remodelou a Inspeção Médica Escolar, subordinando-a à Diretoria da Instrução Pública, ocupa um lugar de relevo, na estrutura da obra publicada pelo Dr. Vieira de Mello, em 1917. As recomendações a serem observadas no exame, registro e classificação dos alunos põem em cena um novo rol de interrogações a que se procurava submeter o corpo infantil. Referidos pontualmente na obra de 1902, o exame e o registro dos dados dos escolares paulistas ganham centralidade na nova configuração da Inspeção Médica Escolar, assumindo, nessa medida, lugar de destaque na obra elaborada com o propósito de garantir a uniformização e a adequada realização dos serviços dessa repartição.

O levantamento e catalogação dos índices de desenvolvimento físico e dos desvios observados no ganho de peso e altura, por meio dos quais as capacidades corporais se objetivavam em unidades de medida comparáveis, demarcavam um novo investimento

⁴² Sobre os vínculos entre o higienismo e a renovação educacional, *cf.* MORENO MARTÍNEZ, P. L.: «The hygienist movement and the modernization of education in Spain», *Paedagogica historica*, vol. 42, n. 6 (2006), pp. 793-815.

⁴³ O livro está assim organizado: Capítulo I – «O edifício escolar»; Capítulo II – «Internatos e colégios»; Capítulo III – «Exame médico do escolar»; Capítulo IV – «Classificação dos anormais»; Capítulo V – «As moléstias escolares»; Capítulo VI – «Médias do desenvolvimento físico dos escolares da cidade de S. Paulo».

⁴⁴ ROCHA, H. H. P.: «Do exame da criança à produção do aluno: notas sobre o estudo científico da infância», *Revista Pedagógica*, Chapecó, ano 6, n. 13 (2004), pp. 201-217; ROCHA, H. H. P.: «Inspeccionando a escola e velando pela saúde das crianças», *Educar em Revista*, Curitiba, n. 25 (2005), pp. 91-109.

sobre o corpo, que se somava aos objetivos recorrentemente propalados de prevenção e correção de deformidades. Nesse novo investimento, importava, ademais, identificar as deficiências no desenvolvimento físico e intelectual, critério decisivo na organização das classes escolares, deixando claros os intentos que perpassavam esse projeto de gestão dos corpos infantis, por meio do qual se separavam os escolares *normais* dos considerados *mentalmente anormais*, estes últimos destinados a um regime especial de ensino.

Considerando a exigência do exame físico minucioso, do registro em fichas individuais e da classificação dos alunos em *normais* ou *anormais*, instituída pela lei que reorganizou a seção chefiada por Dr. Vieira de Mello, são publicados modelos de ficha sanitária individual, ficha de exames anuais, esquema para classificação dos escolares, esquema para o exame clínico dos anormais e um quadro do desenvolvimento físico dos escolares da cidade de São Paulo, os quais podem ser lidos como dispositivos que deveriam guiar o trabalho de inspeção médica das escolas. Dispositivos esses produzidos segundo uma representação do corpo infantil que o toma como campo privilegiado para a detecção dos sinais de *anormalidade*⁴⁵. Na construção desses dispositivos, podemos ler as marcas da presença de um programa antropométrico que se articula aos propósitos de, com base na identificação dos indivíduos, melhor gerir as populações⁴⁶, expressos, no âmbito da escola, no desafio da gestão e enquadramento do público escolar. Como assinalam Ballester e Perdiguero, dentre os objetivos que orientaram os estudos sobre o crescimento vislumbrava-se a possibilidade de estabelecer o «arquetipo del niño saludable, como patrón de referencia con el que deberían ser comparados para ver el grado de adecuación del niño o colectivo de niños que se estuviera estudiando, a este modelo ideal»⁴⁷.

Peça chave na produção de conhecimento e objetivação do corpo infantil, a ficha sanitária individual operava como um questionário que recobria o conjunto do corpo. Assim, além dos dados de identificação, registros sobre a vacinação, revacinação e ocorrências mórbidas verificadas desde o nascimento da criança, essa ficha dispunha de campos para o registro de dados resultantes do exame físico e observações pedagógicas, sendo essas últimas de responsabilidade da professora. Produzida no entrecruzamento da autoridade do médico e da professora, a ficha condensava informações sobre a aparência geral e a conformação do corpo; o desenvolvimento físico, expresso por meio de dados sobre a idade, peso, estatura, perímetro torácico; o funcionamento dos órgãos sensoriais e dos aparelhos digestivo, cardiovascular e respiratório, colhidos no exame médico; aos quais se somavam dados levantados por meio das observações pedagógicas, que incidiam sobre a atenção, a memória, a inteligência

⁴⁵ ROCHA, H. H. P.: «Do exame da criança à produção do aluno: notas sobre o estudo científico da infância», *Revista Pedagógica*, Chapecó, ano 6, n. 13 (2004), pp. 201-217.

⁴⁶ Sobre o deslocamento, ao final do século XIX, de um programa calcado sobre a identificação dos indícios físicos da ameaça, por meio de dispositivos que visavam identificar o «criminoso nato», para um investimento no registro sistemático das características humanas, por intermédio do qual se procurava reconhecer uma identidade supostamente mascarada, *cfr.* COURTINE, J. J. e VIGARELLO, G.: «Identificar – traços, indícios, suspeitas», in CORBIN, A.; COURTINE, J. J. e VIGARELLO, G. (dirs.): *História do corpo: As mutações do olhar. O século XX*, Petrópolis, Vozes, 2008, vol. 3.

⁴⁷ BALLESTER, R. e PERDIGUERO, E.: «Los estudios sobre crecimiento humano como instrumento de medida de la salud de los niños españoles (1900-1950)», *Areas. Revista de Ciencias Sociales*, Murcia, n. 20 (2000), p. 162.

e o comportamento. Todo esse conjunto de dados fornecia ao médico inspetor um retrato do desenvolvimento físico e intelectual da criança, fundamental nas decisões sobre o lugar a ela destinado no processo de escolarização.

Na descrição minuciosa das práticas de exame a que deveriam ser submetidos os alunos, o corpo figura como objeto de investigação. Distante das mesas e bancos, dos lápis, livros e papéis, o corpo do escolar é aqui rigorosamente posicionado em relação a instrumentos que permitem dimensionar-lhe o peso, a estatura, a força muscular e o perímetro do tórax, diante do olhar atento e perspicaz do médico inspetor. Assim,

Para se medir a estatura e tomar o peso de um escolar, deve este estar descalço e despojado das peças de vestiário mais pesadas [...]

Qualquer que seja o aparelho adotado, o essencial é que essas medidas sejam exatas, devendo o aluno cuja estatura se tem de tomar, colocar-se em posição de perfilar (1ª. posição escolar), com os calcanhares unidos e as pontas dos pés afastadas, os braços pendidos ao longo do corpo e o olhar horizontal, de modo que a haste transversal da toesa repouse no vertex⁴⁸.

Visando fornecer as balizas para o exame clínico dos alunos *mentalmente anormais*, o autor publica também um dos quadros elaborados com o propósito de orientar o trabalho dos médicos inspetores e professores. Organizado segundo os mesmos itens presentes na ficha sanitária individual, o esquema oferece, para cada um dos itens que deveriam ser examinados, um rol dos «estigmas de degenerescência» que poderiam ser encontrados nos corpos infantis. O esquema pode ser lido como um catálogo das anomalias físicas que se configurariam em indícios de anormalidades. Assim, do ponto de vista físico, o crânio, por exemplo, poderia apresentar exagero do diâmetro antero-posterior, achatamento lateral, deformação em ponta, formato triangular, aumento ou diminuição das dimensões; o tórax poderia ter formato afunilado; navicular, quando assumia a forma da quilha de um navio, ou achatado. Do ponto de vista da inteligência, os alunos poderiam ser *supernormais*, quando se mostrassem precoces; *subnormais*, os tardios, que se subdividiam em dois subgrupos, os *astênicos* e os *instáveis* e, finalmente, os *anormais*, terminologia que designava os incapazes de aprender pelos métodos comuns.

Concluindo a obra, o autor publica um estudo resultante dos exames realizados nos alunos de grupos escolares da capital do estado de São Paulo, entre 1912 e 1916, sob a responsabilidade da Inspeção Médica Escolar⁴⁹. Selecionando os alunos de instituições situadas no centro da cidade e em seus arrabaldes, onde predominava a população operária, a investigação teve como intento não a «exibição da robustez física do “tipo paulista”», mas segundo assinalava Dr. Vieira de Mello, «criar o “tipo”

⁴⁸ MELLO, B. V.: *Higiene escolar e pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimentos escolares*, São Paulo, Casa Vanorden, 1917, pp. 63-64.

⁴⁹ Cabe lembrar que, entre 1911 e 1916, a Inspeção Médica Escolar esteve subordinada ao Serviço Sanitário de São Paulo, tornando-se a partir de então uma seção da Diretoria Geral da Instrução Pública. Desde a sua criação, a seção esteve a cargo do médico Dr. Balthazar Vieira de Mello, a quem, como já registramos, o governo do Estado encomendara o estudo publicado em 1902, o qual serviu de base para a implantação dessa repartição em São Paulo.

decorrente da caldeação das raças que se nota em tão larga escala nesta Capital e da sua distribuição por igual em quase todas as nossas escolas»⁵⁰. Os dados sobre o desenvolvimento físico dos alunos, produzidos a par de uma investigação sobre o corpo, que tomava como parâmetro o *coeficiente de robustez física*, deduzido da relação entre a estatura, o peso e a capacidade respiratória, se inscrevem num projeto que visava intervir sobre a constituição racial da população. Projeto esse forjado num momento em que a presença dos imigrantes estrangeiros, sobretudo os italianos, começa a ser vista como uma ameaça à ordem, em função, sobretudo, dos sucessivos episódios de greves e contestações que envolveram esses grupos, ao longo da década de 1910. Na constituição desse tipo racial, sonhado por homens como Dr. Vieira de Mello, importava conhecer, por meio da correlação entre os dados produzidos a par das práticas de exame, o «estado normal»⁵¹ e os desvios de desenvolvimento, aquilataados em função do crescimento antropométrico, visceral e biológico.

O corpo infantil é aqui representado por uma linguagem de cifras que acusam o desenvolvimento físico, conforme o sexo e a idade, tornadas visíveis nas tabelas de médias de desenvolvimento, elaboradas com base nos dados antropométricos levantados pela pesquisa. A essas tabelas, se acresce a publicação do quadro extraído de Stratz, no qual o corpo infantil figura imerso em uma grade que, segundo assinala o autor, permitia perceber as proporções entre as diversas partes do corpo em diferentes idades, exibindo «quantas vezes a altura da cabeça é contida na estatura, indicando os algarismos figurados na parte superior o número de vezes que a cabeça é contida na altura total do corpo»⁵². Os desenhos dos corpos infantis, apresentados de frente, ilustram o tema do desenvolvimento físico, pondo em cena as alterações entre as proporções corporais, tornadas visíveis por meio do plano quadriculado sobre o qual se constrói a representação, a qual deixa ver, ao mesmo tempo, o investimento de esquadramento e normalização do corpo em que se fundam tais investigações.

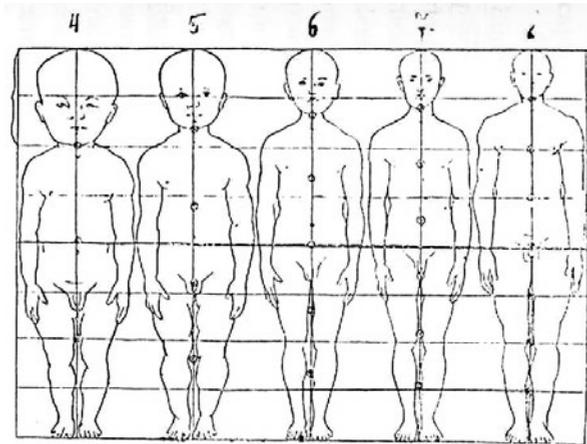
Pequenos ou grandes, normais, sub-normais ou super normais. Eis algumas das classificações que resultavam do exame cuidadoso do corpo a que deveriam se dedicar os profissionais vinculados à Inspeção Médica Escolar e os professores. Para além das precauções que visavam impedir que a escola se constituísse em um meio gerador de desvios e deformidades, uma nova ordem de questões se apresentava. A vigilância sobre o corpo voltava-se também para os ritmos em que se dava o desenvolvimento físico. Interrogando sobre o «crescimento físico ou antropométrico», o estudo e as intervenções propostas pelo Dr. Vieira de Mello tinham como intento produzir o tipo físico considerado normal, com base no qual se constituíam também os quadros de anormalidade. Instrumento a serviço da produção da identidade, mas também da diferença, a antropometria oferecia todo o seu arsenal de dispositivos para a constituição do público escolar e, ao mesmo tempo, para a identificação daqueles que necessitavam de um regime especial de educação, na medida em que, pelas suas características individuais, não se conformavam às exigências da escolarização. Assim, a par dessas operações de esquadramento do corpo infantil, vão sendo produzidos

⁵⁰ MELLO, B. V.: *Higiene escolar e pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimentos escolares*, São Paulo, Casa Vanorden, 1917, pp. 153-154.

⁵¹ *Ibidem*, p. 155.

⁵² *Ibidem*, pp. 158-159.

os parâmetros de normalidade, que permitiam aquilatar quanto «vale fisicamente» cada criança em comparação com as da sua idade. Média e desvios articulam-se, nesse sentido, na produção do «tipo paulista» e da sua contra-face, os *anormais*. No horizonte desses investimentos sobre o corpo infantil, figurava a possibilidade de constituição de um tipo higiênica e eugenicamente normal⁵³.



Proporções relativas das diferentes partes do corpo em idades diferentes (Stratz)

O gráfico, extraído de Stratz, ilustra as proporções corporais em suas relações com o desenvolvimento infantil. Fonte: MELLO, B. V.: *Higiene escolar e pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimentos escolares*, São Paulo, Casa Vanorden, 1917, p. 158.

Dos insondáveis mistérios do corpo feminino

O corpo feminino configura-se num capítulo à parte nas discussões sobre a Higiene Escolar, irrompendo inesperadamente da indistinção que cerca o corpo do aluno, em breves alusões, que procuram demarcar o seu papel na geração dos futuros defensores da pátria. Como lembra Rago⁵⁴, a mulher, excluída da esfera pública na sociedade brasileira, passou a ser representada, a partir do século XIX, como «mãe da raça», aproximando-se suas formas opulentas da natureza. Examinando as referências ao corpo feminino presentes nos atlas de anatomia, Soares e Terra⁵⁵ evidenciam

⁵³ ROCHA, H. H. P.: «Inspeccionando a escola e velando pela saúde das crianças», *Educar em Revista*, Curitiba, n. 25 (2005), pp. 91-109; ROCHA, H. H. P.: «A escola como laboratório», in BENCOSTA, M. L. (org.): *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*, São Paulo, Cortez, 2007.

⁵⁴ RAGO, M.: «Cultura do narcisismo, política e cuidado de si», in SOARES, C. (org.): *Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação*, Campinas, Autores Associados; São Paulo, FAPESP, 2007.

⁵⁵ SOARES, C. e TERRA, V.: «Lições da anatomia: geografias do olhar», in SOARES, C. (org.): *Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação*, Campinas, Autores Associados; São Paulo, FAPESP, 2007.

a centralidade que ocupam o aparelho reprodutor e as glândulas mamárias nas representações do corpo feminino, alertando para o peso de tais imagens na eternização das idéias que remetem a mulher à natureza, aquela que gera e cujo corpo possui uma única função: a reprodução. A par dessas análises, os autores interrogam sobre os efeitos desses modos de representação do corpo na naturalização da suposta fragilidade feminina.

Na obra publicada pelo Dr. Vieira de Mello, em 1902, o corpo da menina, representada como futura mãe, responsável por dar à luz os filhos da pátria, é tematizado em função dos desvios e deformidades que poderiam advir da permanência em posturas inadequadas, associados às dificuldades que imporiam ao «ato supremo da maternidade»⁵⁶. As inclinações de um corpo mal posicionado resultariam em compressões dos órgãos da reprodução, estreitamento da cavidade abdominal, acarretando, como assinalava o autor, dificuldades consideráveis no momento da gestação ou do parto, problema tanto mais grave quando se levava em conta que as estatísticas acusavam um número mais elevado de escoliose entre as meninas que entre os meninos, produzidas provavelmente, segundo ele, pela sedentariedade a que estavam condenadas as meninas, como também pela dedicação aos trabalhos de agulha e ao estudo do piano.

Tematizado em suas distinções em relação ao corpo masculino, o corpo feminino merece, ao longo da obra publicada pelo médico em 1917, algumas referências igualmente esparsas. Discutindo os parâmetros que deveriam reger a organização do horário escolar, o autor chama a atenção para os cuidados especiais que deveriam ser observados, de modo a assegurar que a duração das horas de estudo obedecesse não só às diferenças de idade, mas também às «diferenças fisiológicas e psicológicas entre um e outro sexo»⁵⁷. Na explicitação de tais diferenças, o corpo masculino é representado pelo predomínio do sistema muscular, enquanto o corpo feminino se caracterizaria pela prevalência do sistema nervoso, predispondo as meninas a uma «maior receptividade das impressões exteriores»⁵⁸. Tais cuidados deveriam ser levados em conta também na definição das atividades físicas, que não poderiam prescindir do «conhecimento das funções das meninas, assunto por sua natureza delicado e que reclama a solicitude dos médicos escolares»⁵⁹.

Perspectivado na obra publicada em 1902 a partir da questão da maternidade, o corpo feminino comparece nas prescrições enunciadas em 1917 como um corpo *delicado* por sua própria natureza, quase indecifrável, cujos segredos só estariam acessíveis aos especialistas. A menstruação, representada como um momento cercado de alterações e que, por essa razão, exigia moderação nas atividades, se impõe aqui como elemento central na configuração das prescrições apresentadas pelo médico. Dotadas de um corpo *delicado* e de um psiquismo *impressionável*, as meninas deveriam ter suas atividades moduladas em função do ciclo menstrual. Assim, o autor recomendava observar algumas contra-indicações na organização das atividades físicas, de

⁵⁶ MELLO, B. V.: *A hygiene na escola*, São Paulo, Typographia do Diario Official, 1902, p. 22.

⁵⁷ MELLO, B. V.: *Hygiene escolar e pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimentos escolares*, São Paulo, Casa Vanorden, 1917, p. 46.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 51.

modo a garantir o desenvolvimento harmônico do corpo e das «faculdades intelectuais e morais»⁶⁰:

[...] devendo-se observar as contra-indicações mórbidas ou fisiológicas, estas representadas no sexo feminino pelo fluxo mensal, que aumenta os esforços físicos, podendo trazer graves danos à saúde geral.

Por outro lado, a impressão produzida por certos jogos sobre o moral, ou resfriamentos conseqüentes à exposição do corpo em transpiração ao frio, podem acarretar a parada ou suspensão do fluxo, com repercussão sobre o psiquismo, de que numerosos exemplos atestam a sua realidade⁶¹.

Os exemplos colhidos da realidade constituíam-se, segundo o médico, em provas indiscutíveis dos riscos de desregramento de que o corpo feminino era suscetível. Desregramentos, como fica claro, que não se limitavam à esfera do físico, mas tinham seus equivalentes no psiquismo. Desregramentos explicáveis, no limite, quando se considerava a suposta *delicadeza* e *impressionabilidade* das meninas, atributos deduzidos da sua presumida *fragilidade*.

Limpos, saudáveis e civilizados

Os intentos de conformação de um corpo infantil hígido e bem constituído também se fizeram visíveis nos livros destinados às crianças e seus mestres. Procurando guiar as condutas das crianças, os livros escolares puseram em circulação representações do corpo infantil envolvido em práticas de asseio, como recurso que visava incutir nas crianças os hábitos higiênicos. Representações que põem em cena interditos e constrangimentos em relação às partes visíveis do corpo, num trabalho que se situa nas superfícies corporais e que opera no nível das aparências.

Em 1927, a professora Sara Sampaio Arruda publica o livro *Rimas para a infância*. A iniciativa, que contou com a aprovação do governo do Estado de São Paulo, viria, segundo sua autora, preencher uma lacuna que observara em seus 12 anos de exercício do magistério: a de um material apropriado para o ensino de higiene às crianças. Apresentado como um «modesto livrinho» composto por «uma pequena coleção de versos sobre Higiene, apropriados à infância escolar», o livro continha, além dos poemas, uma pauta musical que auxiliaria o professor nas aulas de música, declamação, leitura suplementar e higiene, favorecendo, por meio do recurso à música, a memorização dos preceitos ali apresentados. Rimando *aparadas* com *bem tratadas* e, em contraposição, *afiadas* com *descuidadas*, a lição intitulada *As unhas*, acompanhada da ilustração de uma menina a cortar as unhas, é exemplar do tratamento conferido ao corpo nesse pequeno código de civilidade em versos. Destinado às meninas, o poema constrói, de modo sutil, a oposição entre limpeza e sujeira:

Unhas limpas, aparadas;
Ouçam, pois, os meus conselhos;

⁶⁰ *Ibidem*, p. 53.

⁶¹ *Ibidem*, p. 52.

Tragam-nas mui bem tratadas
Desde o mínimo aos artelhos.
Mínhas unhas, que cuidado!
São polidas, são brilhantes;
Meus dedinhos afilados
São todos interessantes!
Unhas compridas, afiadas,
Pretinhas, de luto e sujas,
Das meninas descuidadas...
—Mais parecem de corujas—⁶².

As prescrições aqui se voltam para as condutas, evidenciando-se a preocupação com um outro tipo de desvios —os desvios morais. Na constituição da criança forte, saudável, asseada e civilizada, o corpo se mantém como foco das prescrições. O tema do asseio, que atravessa os livros de leitura, elege itinerários distintos dos textos de Higiene Escolar examinados. Se a postura e a robustez permanecem como temas relevantes, são outras as regiões do corpo privilegiadas nas pequenas lições oferecidas às crianças. Aqui assumem lugar de destaque as superfícies corporais: o rosto, os cabelos, as mãos e unhas. Duas lições da *Cartilha de hygiene*, publicada em 1923, pelo Dr. Antonio de Almeida Junior, médico e professor da Escola Normal do Brás, são exemplares desse deslocamento: *Esta unha está de luto!* e *Cara lavada, cara alegre!* Na primeira, figuram dispostas lado a lado duas ilustrações: uma mão com as unhas longas e sujas, seguida de outra com as unhas aparadas. A lição, logo abaixo, reforça as oposições e convoca ao asseio:

São dez irmãs e todas assim: grandes e sujas.
Que haverá por baixo dessa unha?
Ela andou pela terra, esgaravatou uma ferida, coçou a cabeça, fez uma visita ao nariz...
Conheço outra unha, que nunca põe luto: está sempre bonita e clara.
Nunca está roída: unha não se come.
São dez irmãs, e todas assim: limpas e redondinhas.
Olhe agora as suas unhas: com qual das duas se parecem?⁶³.

Na lição seguinte, o recurso às duas ilustrações é acionado para pôr em cena um menino a lavar o rosto, seguido da imagem do menino de rosto limpo e cabelos bem penteados. O texto assume o mesmo estilo da lição anterior. O itinerário do asseio recobre as práticas de lavagens parciais, as quais incidem sobre as partes visíveis do corpo. Interrogando sobre os hábitos de asseio e convocando a criança ao exame dos seus gestos cotidianos, o livro infantil procura enredar a criança na tarefa de difusão dos hábitos higiênicos no seio familiar. Silenciando sobre os riscos de contaminação

⁶² ARRUDA, S. S.: *Rimas para a infancia*, São Paulo, Liberdade, 1927, p. 13.

⁶³ ALMEIDA JUNIOR, A.: *Cartilha de hygiene*, 15. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936, p. 6. Sobre esse e outros impressos voltados para a difusão dos hábitos higiênicos no período, *cf.* ROCHA, H. H. P.: *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*, Campinas, Mercado de Letras; São Paulo, FAPESP, 2003; ROCHA, H. H. P.: «Higiene em imagens: os impressos e a propaganda de novos modos de viver», *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, ano 37, n. 2 (2003), pp. 185-202.

pelos micróbios, as lições inscrevem a água num circuito marcado por um viés fortemente moralizador. Aqui a água que limpa, protege, embeleza e edifica⁶⁴:

Você lavou o rosto, hoje cedo?
Se lavou, somos amigos.
Quem gosta de caras sujas?
Vá ao espelho: veja como está alegre a sua carinha limpa.
Parece até mais bonita!
Lave o rosto, com água e sabão, todas as manhãs.
Ensine seu irmãozinho a fazer a mesma coisa⁶⁵.

Considerações finais

Uma linguagem de prescrições acompanha a tematização do corpo nos discursos produzidos no campo da Higiene Escolar. Prescrições essas que, tomando o corpo como foco, recobrem as mais distintas regiões, evidenciando que não bastava prevenir e corrigir as deformações. Como alvo das intervenções que incidem sobre ele, figura o intento de inculcar uma nova moral, inscrita no código de bons costumes, posto em circulação nos pequenos livros destinados às crianças. Código minucioso, com base no qual se busca conformar os gestos, as maneiras, as sensibilidades⁶⁶. No recenseamento dessas representações, fica evidente que a retidão assume não apenas uma dimensão física, mas reveste-se de um sentido moral⁶⁷. Os constrangimentos e interditos que perpassam os textos examinados inscrevem-se num projeto de gestão social do corpo infantil, tomando parte no que Corbin denomina *a fábrica social do*

⁶⁴ Cfr., a esse respeito, para a França: VIGARELLO, G.: *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*, São Paulo, Martins Fontes, 1996; VIGARELLO, G.: «Higiene do corpo e trabalho das aparências», in CORBIN, A.; COURTINE, J. J. e VIGARELLO, G. (dirs.): *História do corpo: Da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis, Vozes, 2008, vol. 2.

⁶⁵ ALMEIDA JUNIOR, A.: *Cartilha de hygiene*, 15. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936, p. 7.

⁶⁶ Em relação aos instrumentos acionados para condicionar os impulsos e emoções das crianças, Elias destaca o papel exercido pelas «razões higiênicas» e de saúde, assinalando o lugar dessas justificativas de ordem higiênica na configuração das idéias dos adultos sobre o que é ser civilizado. Cfr. ELIAS, N.: *O processo civilizador*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

⁶⁷ Como assinala Faure, o higienismo social do final do século XIX não representou uma ruptura com o tom moralizante assumido pelo higienismo do século XVIII. Organizado em torno de agentes encarregados de detectar os indivíduos suspeitos de serem portadores de germes, o higienismo recobrirá, no período, um amplo arco de discursos e práticas nos quais a proteção à saúde se confunde com o controle moral e social. O corpo, representado sob o signo da degeneração e do declínio, passa a configurar-se em «receptáculo de todas as ameaças que pesam sobre a sociedade, o lugar de inscrição manifesta de todo desregramento presente ou passado». Cfr. FAURE, O.: *op. cit.*, p. 53. Em relação às conexões entre higiene, educação e reforma social e moral e o papel da escola e do professor como instrumentos de melhoramento higiênico, moral e social, cfr. também VIÑAO FRAGO, A.: «Higiene, salud y educación en su perspectiva histórica», *Áreas. Revista de Ciencias Sociales*, Murcia, n. 20 (2000), pp. 9-24. Nesse mesmo número monográfico da revista *Áreas*, intitulado *Higienismo y Educación*, os artigos de Guereña e Bolufer Peruga oferecem importantes contribuições para a reflexão sobre as relações entre os preceitos higiênicos e as normas de comportamento social e moral. Cfr. GUEREÑA, J. L.: «Urbanidad, higiene e higienismo»; BOLUFER PERUGA, M.: «Ciencia de la salud y Ciencia de las costumbres: higienismo y educación en el siglo XVIII», *Áreas. Revista de Ciencias Sociales*, Murcia, n. 20 (2000).

*corpo*⁶⁸. No conjunto de regras que põem em circulação, as quais recobrem do trabalho sobre as aparências ao funcionamento dos órgãos, o corpo emerge, segundo adverte esse autor, como o resultado de uma construção, equilíbrio estabelecido entre a carne e o mundo, mediado, nos exemplos analisados, pela palavra.

⁶⁸ CORBIN, A.: «Introdução», in CORBIN, A.; COURTINE, J. J. e VIGARELLO, G. (dirs.): *História do corpo: Da Revolução à Grande Guerra*, Petrópolis, Vozes, 2008, vol. 2.